

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 820.976 - MA (2015/0284205-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : GUSA NORDESTE S/A  
**ADVOGADOS** : JOEL DANTAS DOS SANTOS - MA004405  
BRENO FREDERICO COSTA ANDRADE E OUTRO(S) -  
MG096380  
MARIA AUCIMERE SOARES FLORENTINO E OUTRO(S) -  
MA005224  
MARCOS MARTINS SOUZA E OUTRO(S) - MA010980  
**AGRAVADO** : MARIA PEREIRA DOS PASSOS  
**ADVOGADOS** : ELIAS DA SILVA DINIZ E OUTRO(S) - MA003981  
KELLY JANE PEREIRA DINIZ E OUTRO(S) - MA011701  
KAROLYNE PEREIRA DINIZ E OUTRO(S) - MA013234

### **EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 568/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de indenização por dano moral e material.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que o termo inicial para a incidência dos juros de mora em caso de dano moral, fruto de responsabilidade civil extracontratual, é o evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.
4. A alteração do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.
5. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido, e não provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GUSA NORDESTE S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 28/08/2015.**

**Concluso ao gabinete em: 06/08/2019.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Ação:** de indenização por danos morais e materiais ajuizada por MARIA PEREIRA DOS PASSOS, em face da agravante, em razão de danos ambientais da atividade siderúrgica da agravante.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente o pedido.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO E PERSUAÇÃO RACIONAL. APURAÇÃO DE DANOS MATERIAIS EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA INTEGRAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CONFIGURADO. ERROR IN JUDICANDO. DANO MORAL. 1. O sistema processual baseia-se nos princípios do livre convencimento do Juiz e da persuasão racional, de forma que o Julgador não é obrigado nem mesmo a adotar eventual laudo pericial, podendo fundamentar sua decisão em quaisquer outras provas constantes nos autos (STJ, Relator: Ministro Hamilton Carvalhido, DJ: 22/06/2010, T1 - Primeira Turma). 2. Conforme entendimento aplicado pelo STJ, a produção de provas encontra-se submetida ao princípio do livre convencimento do Juiz, segundo a necessidade de cada caso. Assim, não há que se falar em cerceamento de defesa no presente caso, na medida em que o Magistrado a quo julgou com base no princípio da persuasão racional, consagrado no art. 131 do Código de Processo Civil (AgRg no AREsp 401.743/PB, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, in DJe de 06/03/2014). 3. Não gera nulidade apuração por danos materiais em sede de liquidação, visto que o art. 459, parágrafo único, do CPC deve ser interpretado em consonância com o princípio do livre convencimento (art. 131 do CPC), de forma que, não estando o Juiz convencido da extensão do pedido certo formulado pelo autor, pode reconhecer-lhe o direito, remetendo as partes para a liquidação. Precedentes do ST: REsp nº 819.568/SP, Terceira Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe: 18/06/2010; REsp nº 846460/PR, Rel. Ministro Humberto Gomes De Barros, Terceira Turma, DJ 27/08/2007; REsp nº 967.446/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/08/2009; REsp nº 1088844/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 01/12/2008; EDCI no REsp nº 476.409/MG, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 09/06/2008; REsp nº 797.332/RR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 02/08/2007. 4. Não reputa perda do objeto o fato de ter sido realizado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), uma vez que as demandas focam desideratos distintos, pois o TAC possui uma perspectiva coletiva acerca da responsabilidade civil da Apelante pelo dano ambiental, enquanto o presente feito busca

reparação de forma individualizada. 5. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não afasta o provimento jurisdicional já instaurado, pois a Substantiva Cível, mas sim no art. 225, § 3º, da CF e na Lei n. 6.938/81, art. 14, § 1º, que adotou a teoria do risco integral, impondo ao agente poluidor a aplicação da responsabilidade objetiva integral. Assim, impõe-se ao agente causador do dano o dever de reparar independentemente de a poluição causada ter-se dado em decorrência de ato ilícito ou não, não incidindo nessa situação nenhuma excludente de responsabilidade (STJ, AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.664 - SP (2011/0305364-9), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJ: 11/02/2014, T4 - QUARTA TURMA). 7. Evidenciada a conduta, os danos, o nexo causal e inexistindo circunstância que exclua ou atenua sua responsabilidade frente ao dano ambiental, exsurge, para a Apelante, o dever de indenizar, mediante o restabelecimento do patrimônio lesado por meio de compensação pecuniária compatível com o prejuízo. 8. Considerando as peculiaridades do caso em exame, impõe-se a sua reparação, nos termos do art. 927 do Código Civil, cuja incidência decorre da prática de conduta ilícita, a qual se configurou como supracitado, face ao efetivo prejuízo à esfera moral da Apelada consubstanciado na dor e sofrimento causado por anos de exposição a substâncias tóxicas prejudiciais à sua saúde e de sua família, o que por si só evidencia o padecimento pelo qual tem passado. 9. Destaca-se a inexistência de parâmetros objetivos para a quantificação do dano moral, razão pela qual se deve considerar a gravidade do caso em debate, a capacidade econômica das partes, a reprovabilidade da conduta, bem como o caráter compensatório e de desestímulo da reparação por danos morais, frente ao dano sofrido. 10. Segundo o STJ, "há julgamento extra petita quando o juiz defere pedido não formulado pelo autor; e há ofensa ao princípio da congruência quando o juiz decide a causa com base em fatos não invocados na inicial ou atribui aos fatos invocados consequências jurídicas não deduzidas na demanda". (c.f: REsp 984.4334-VJG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 10.9.2008). No entanto, muito embora a lei processual imponha que o pedido seja certo e determinado, tal fato não obsta que o mesmo seja genérico quando requerida a indenização pelos danos materiais e morais sem definição, início litis, do quantum debeat. 11. A concessão de danos morais e materiais não pode ser considerada extra petita, quando constar na exordial, o pleito da parte autora, pois o Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento no sentido de que inexistente julgamento extra petita quando a lide é dirimida observando os liames em que foi proposta, amparada nos fatos esboçados pelo autor, havendo a aplicação do direito compatível com as circunstâncias narradas na inicial, em perfeita sintonia com a dicção dos arts. 128 e 460 do CPC (STF - ARE: 643819 SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ: 30/09/2011, DJe:11/10/2011). 12. Na espécie, vislumbra-se error in iudicando suscetível de reforma para excluir da sentença o excesso fixado a título de indenização por danos e xtrapatrimoniais que superou o valor pleiteado. 13. O valor arbitrado a título de danos

morais deve ser adstrito ao valor concorrido, o qual deverá ser atualizado com juros de mora no importe de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil), com incidência a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e correção monetária nos termos da Súmula nº 362 do STJ, com o seu marco inicial na data do arbitramento, utilizando o INPC (índice Nacional de Preço ao Consumidor). Isto porque o devedor não tem como satisfazer a obrigação, ainda ilíquida, antes dessa fixação, pois não incorre em mora desde o evento danoso (STJ, RESP 903.258/RS, Quarta Turma, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 21 de junho de 2011). 14. Apelação conhecida e parcialmente provida. 15. Unanimidade. (e-STJ fls. 769/770)

**Embargos de declaração:** opostos pela agravante, foram parcialmente acolhidos, para limitar o valor da indenização material à quantia pedida na inicial.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 20, § 3º, 131, 429, 437, 267, VI, 438 do CPC/73; 186, 396, 398, 407 e 927 do CC, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta cerceamento de defesa, sendo necessária o deferimento de nova prova pericial para apuração dos níveis de poluentes expelidos. Aduz, ainda, ilegitimidade ativa da recorrida em função da ausência de prova da propriedade do imóvel, além de inexistência de dano material, pois, mesmo que fossem admitidos, os danos ao imóvel não atingiram a esfera patrimonial da recorrida; além disso, ela foi relocada para imóvel de melhor qualidade, o que supre eventual desvalorização do antigo bem. Alega, que o termo inicial dos juros moratórios sobre o dano moral deve ser a data do arbitramento. Por fim, requer, a redução dos honorários advocatícios.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/73.

### **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere às alegações de cerceamento de defesa, de ilegitimidade ativa e da não ocorrência de dano material, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Do pedido de revisão do valor de honorários advocatícios**

Verifica-se que os honorários advocatícios foram fixados em 12% sobre o valor da condenação. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo.

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor fixado para honorários advocatícios, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Dos juros de mora na responsabilidade extracontratual**

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que o termo inicial para a incidência dos juros de mora em caso de dano moral, fruto de responsabilidade civil extracontratual, é o evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.

Logo, tratando de responsabilidade extracontratual, verifica-se de rigor a incidência do citado verbete sumular, consoante estabelecido no acórdão recorrido (fl. 782, e-STJ).

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1214552/MA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018 e AgInt no AREsp 726.850/MS, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018. Incide, no ponto, a Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos

# *Superior Tribunal de Justiça*

arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

